

# NACH PORTUGALIS SIROT UND KORN

## Portugueses e Portugaleses na Europa da Hansa

### PARTE XII – Estatística das amoedações de ouro na Casa da Moeda de Lisboa, 1486-1544 Fontes europeias para os Portugueses de ouro

*António M. Trigueiros*

#### Introdução

Termina neste número a série de artigos que venho publicando na Revista Moeda desde o início de 2012, sobre “Os Portugueses e os Portugaleses na Europa da Hansa”.<sup>1</sup> Julgo que não poderia haver melhor fecho do que um regresso às origens das primeiras cunhagens, tentando visualizar as razões porque os Portugueses de ouro manuelinos e joaninos, alcançaram tão difundida aceitação internacional nos maiores mercados do Norte da Europa.

Outros países e soberanos tentaram, com grandes moedas de ouro, e não conseguiram o que Portugal conseguiu, impôr um padrão universal, o Portugalöser de dez ducados ou cruzados, criar uma nova estirpe monetária europeia, fazer história. Como foi isso possível?

Não foi certamente pela beleza ou qualidade das suas gravuras, toscas e desprovidas de qualquer sentido artístico. Portugal nunca se deixou envolver, nem participou, no grande movimento humanista e artístico que foi o Renascimento italiano dos séculos XV e XVI, todas as nossas realizações foram tardias e esporádicas, podíamos ter aderido e progredido intelectual e culturalmente, como outros países progrediram, mas nada aconteceu. O nosso atraso face à Europa, que ainda hoje se mantém, co-

1 Foram publicados os seguintes artigos: Parte I – Amoedações de Hamburgo, 1553-1692 (Moeda 1/2012, p.21); Parte II – Amoedações no Reino da Dinamarca e no Ducado de Schleswig-Haderslev, 1584-1629 (Moeda 2/2012, p.69); Parte III – Amoedações das Dioceses de Bremen e Lübeck, e no Ducado de Holstein-Gottorp, 1593-1611 (Moeda 3/2012, p.115); Parte IV – Amoedações de Magdeburgo, 1580-1590 and e de Luneburgo, 1613-1649 (Moeda 3/2012, p.123); Parte V – Amoedações no Eleitorado da Saxónia, 1587-1614 (Moeda 4/2012, p.169); Parte VI – Amoedações no Eleitorado de Brandenburgo e Ducado da Prússia, 1570-1614 (Moeda 1/2013, p.53); Parte VII – Amoedações no Reino da Suécia-Finlândia, 1585-1586 (Moeda, 2/2013, p.136); Parte VIII – Amoedações no Reino da Polónia-Lituânia, 1562-1622 (Moeda, 3/2013, p.177); Parte IX – Amoedações nos Países Baixos, cidades de Deventer e Zwolle, 1640-1641 (Moeda, 4/2013, p.229); Parte X – Inventário dos Portugueses de Ouro de D. Manuel I, 1499-1521 (Moeda 1/2014, p.21); Parte XI – Inventário dos Portugueses de Ouro de D. João III, 1522-1539 (Moeda 02/2014, p.69; e Moeda 02/2014, p. 129)

meçou aí, nesses anos agitados da expansão marítima intercontinental, quando os nossos governantes receberam milhões em ouro africano e em especiarias asiáticas, que desbaratarem em obras fúteis, sem nunca pensar no progresso intelectual, cultural e industrial do povo e das suas instituições. E mais tarde veio a Santa Inquisição, que destruiu à nascença qualquer veleidade de progresso intelectual.

Então, se não foi pela beleza artística das suas gravuras que os Portugueses de ouro se impuseram internacionalmente, só pode ter sido pelo seu peso e toque fino do seu ouro, em enormes quantidades amoedado. Uma conclusão que parece lógica, mas que carecia de prova, nunca antes tentada: -- quantos portugueses se fizeram, no reinado de D. Manuel I? Quantos se cunharam no reinado de D. João III?

Eis a minha resposta.

## Uma partição original das amoedações de ouro em Lisboa

A produção de moedas de ouro na Casa da Moeda de Lisboa, nos reinados de D. Manuel e de D. João III, até ao ano de 1538, da proibição de amoedação de portugueses, estava limitada a duas espécies: **cruzados e portugueses de dez cruzados** (com a excepção do quarto de cruzado de D. Manuel I, ou moeda das suas esmolos, do qual foram cunhados em 1517 cerca de 383 exemplares<sup>2</sup>).

Como é sabido, **a Casa da Moeda do Porto nunca amoedou portugueses de ouro** e alguns exemplares que foram irreflectidamente atribuídos ao Porto, são falsificações alemãs da época ou falsificações toscas muito mais recentes (ver as partes X e XI desta série).

Ou seja, se conhecermos **a quantidade de ouro entrada em cada ano** nas oficinas de Lisboa e o seu valor amoedado equivalente em cruzados; se conhecermos **o peso real de ouro nativo africano** que cada moeda de cruzado exigia no seu fabrico; e se conhecermos **a partição anual da produção entre as duas espécies**, cruzados e portugueses, então podemos construir uma estimativa muito aproximada da estatística das amoedações dos cruzados e dos portugueses de ouro, manuelinos e joaninos.

A **primeira premissa** está suficientemente estudada por vários autores, sendo que a base é a pioneira obra de Vitorino Magalhães Godinho, depois seguida por Jonh Vogt e por João Cordeiro Pereira, de que daremos conta mais adiante.

Para a **segunda premissa** recorremos ao cálculo elaborado por Magalhães Godinho, universalmente aceite e comprovado: -- «*Para cunhar um cruzado de 23 ¾ quilates são necessárias 1,07 oitavas de metal de 22 1/8 quilates: esta razão, deduzida das leis respectivas do ouro em jóias e amoedado, é plenamente confirmada pelos cálculos efectuados com os dados do livro de registo da Casa da Moeda quando apresentam quer o peso do metal recebido pelo tesoureiro quer o montante da espécies que lhe restitui a branqueação.*» (VMG. vol. I, p. 173).

Traduzindo em unidades do sistema métrico decimal, para se cunhar um cruzado eram necessários **3,837 grama de ouro africano recebido antes de ser afinado** (22 1/8 quilates = 921,875 milésimas ; 23 ¾ quilates = 989,583 milésimas, o ouro puro da época)<sup>3</sup>. Será este peso que utilizaremos nos cálculos estatísticos.

<sup>2</sup> A história desta moeda e para que serviu, vem contada no livro Moedas Portuguesas na época dos Descobrimentos, 1385-1580, p. XVI, com foto na p. 106.

<sup>3</sup> Note-se que, como muito bem explicou Ferreira Gambetta, a tecnologia disponível nessa época para

Para a **terceira premissa**, tão importante como as outras duas, mas nunca tentada até agora, demos com a solução numa lei de 1527 de D. João III, reproduzida por Damião Peres na sua História Monetária de D. João III (APH, Lisboa, 1957), mas que já tinha sido antes publicada nos Apontamentos para a História da Moeda (CMPS, Lisboa, 1878), e que diz o seguinte, em transcrição fonética moderna:

#### **Alvará de 23 de Agosto de 1527**

*«Eu el-Rei faço saber a vós meu Tesoureiro e oficiais da minha Moeda de Lisboa que eu sou informado que nestes Reinos há e necessidade de vintes e meios vintes por se na dita Moeda não lavrarem tanta quantidade deles como são necessários, pelo que hei por bem que de toda prata, assim minha como de partes, que se daqui em diante houver de amoedar na dita Moeda, a metade seja em tostões e da outra metade se lavrem os três quartos em vintes e um quarto em meios vintes. E assim mesmo de todo o ouro que se na dita Moeda amoedar seja a **metade em cruzados e outra metade em portugueses**. E daqui em diante se não lavrarão mais meios tostões, porque hei por bem que se não façam. Porém vo-lo notifico assim e mando que o cumprais como aqui é contido e o façais registrar este alvará no livro de registo onde estão os outros regimentos da dita Moeda, para se saber que o tenho assim mandado. Feito em Coimbra, a 23 de Agosto, Manuel de Moura o fez, de 1527. Fernando Álvarez o fez escrever.»*

(notificado aos capatazes das fornaças, ao ensaiador, ao guardas dos cunhos, ao juiz da balança e registado na Casa da Moeda aos 13 dias de Setembro de 1527 anos)<sup>4</sup>

**A partição “metade/metade”** - A dedução imediata é lógica e foi a feita por Damião Peres: -- desde Setembro de 1527 que a nova regulamentação veio frenar a preferência dada às moedas de maior porte, de prata e também de ouro, reduzindo a proporção entre as duas de ouro para **metade de cruzados e metade de portugueses**, uma partição que vigou desde então e até à proibição da cunhagem destes, dez anos depois, em Setembro de 1537, reforçada em Novembro de 1538.

Mas antes, como seria a partição do lavramento do ouro na Moeda de Lisboa? Certamente seria superior a metade/metade, ou então não teria havido a necessidade de a regulamentar em 1527. Uma outra pista foi encontrada num alvará de D. João III, dado em Lisboa a 18 de Março de 1540, que determina que, de toda a prata que daí em diante se lavrasse em Lisboa, se fizessem dois terços dela em moeda de oitenta reis e o outro terço em moeda de reais portugueses, vinténs e meios vinténs.<sup>5</sup>

**A partição “um terço/dois terços”** - Destes dois alvarás surge a proposta que agora faço, de uma partição **“1/3 em cruzados, 2/3 em portugueses”**, aplicável a todo o ouro entrado na Moeda e lavrado desde finais de 1499 – início de 1500 – quando os grossos portugueses de ouro entraram em produção –, até ao ano de 1527, Setembro, quando a nova regulamentação foi registada na Moeda, passando desde então a ser de **“metade/ metade”**.

Dito isto e cumpridas as três premissas necessárias, vamos dar início ao cálculo

---

refinar e enriquecer o conteúdo das ligas de ouro, não permitia ir mais além de 23 3/4 quilates (986 milésimas), sendo por isso considerado como ouro puro (24 quilates, ou 1000 milésimas), sendo esta qualidade a principal razão pela boa aceitação e crédito seguro que tinham os cruzados e os portugueses nos mercados europeus e indianos.

4 Damião Peres, História Monetária de D. João III (APH, Lisboa, 1957), documento n.º 7

5 Idem, documento n.º 22



estatístico das amoedações de cruzados e de portugueses nos reinados de D. Manuel I e D. João III, 1500-1538

## Ouro recebido e amoedado em Lisboa, 1486 - 1538

Para responder à **primeira premissa** recorreremos à pioneira obra de Vitorino Magalhães Godinho, onde foram publicados os mapas do ouro nativo entrado na Casa da Moeda de Lisboa entre 1517 e 1561, vindo das várias feitorias da costa de África (Arguim, Gâmbia, Cantor, Serra Leoa e a Mina); -- aos mapas do próprio Tesoureiro da Moeda, que apenas dizem respeito aos anos de 1517, 1521, 1523 e 1524 e que foram publicados em 1878; -- ao estudo pouco conhecido entre nós de John Vogt, sobre o ouro saído do castelo da Mina e Axem, desde 1487 até 1561; -- e a outro trabalho menos conhecido ainda, de João Cordeiro Pereira, sobre o ouro resgatado da Mina entre 1519 e 1585.<sup>6</sup>

Em complemento a essas fontes impressas, recorreremos ao Regimento da Casa da Moeda de Lisboa, dado por D. Manuel I a 23 de Março de 1498, reproduzido de uma cópia tardia por Agostinho Ferreira Gambetta em 1971, mas que coincide com o texto original que tivemos o privilégio de estudar (o original encontra-se na Academia das Ciências).<sup>7</sup>

De todos os elementos disponíveis, alguns já publicados nesta Revista Moeda<sup>8</sup> construímos dois quadros para os reinados de D. João II e D. Manuel I (**Quadro 1**) e para o reinado de D. João III (**Quadro 2**).

Aproveitamos também para dar a conhecer a estatística da amoedação do **escudo de São Tomé**, com o ouro dos pardaús que veio da Índia (**Quadro 3**), cujo grande volume de ouro recebido, superior a uma tonelada, deve ter obrigado a casa da moeda a trabalhar desde Novembro de 1544 e por todo o ano seguinte. Não foi nada pequena esta amoedação, que figura nos livros de cambistas de Antuérpia desde 1559, sinal da sua boa aceitação e divulgação nos mercados europeus.

**Resumo do resgate de ouro africano** – Entre os resgates reais de Arguim e da Mina, e o comércio privado nos rios da Guiné (da Gâmbia à Serra Leoa), os descobrimentos portugueses teriam sido responsáveis pela introdução na Europa, em média anual e durante um período de trinta anos, entre o final da década de 1480 até ao início da década de 1520, de cerca de 700 a 1000 quilos de ouro, no mínimo, provavelmente muito mais; e cerca de 500 quilos por ano nos vinte anos seguintes, até 1540.<sup>9</sup>

No total terão sido introduzidas na Europa mais de 35 toneladas de ouro africano, trazido pelos navios portugueses, ou seja, cerca de 20% da produção mundial de ouro

---

6 Ver na Bibliografia: V. Magalhães Godinho (1981); Casa da Moeda e Papel Selado, Apontamentos para a História da Moeda (1878); John Vogt, Portuguese Rule on the Gold Coast, 1469-1662 (1979); Cordeiro Pereira, Resgate do Ouro na Costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião, (1991).

7 A. Ferreira Gambetta, História da Moeda (APH, 1971)

8 Ver o artigo “Ouro africano da era dos Descobrimentos Portugueses”, Revista Moeda n.º 1/2006, p. 21  
9 VMG, *ob. cit.*, vol. I, p. 168-249; vol. II, p. 55-169: «Da África ocidental recebeu Portugal cerca de 700 kg de ouro anualmente, no mínimo, durante os vinte primeiros anos do século XVI e já, segundo toda a probabilidade, durante os quinze ou vinte últimos do século XV». O Regimento de 1498 permite aumentar substancialmente essa estimativa.

estimada para esse período.<sup>10</sup>

**O Regimento da Casa da Moeda de Lisboa de 1498** – Mas deste ouro africano, chegado a Lisboa por conta de particulares e por conta da coroa, só uma parte dará entrada na Casa da Moeda para ser reduzido a moeda.

Em 23 de Março de 1498, quando a pequena armada de Vasco da Gama estava quase a chegar à Índia, D. Manuel I dá à Casa da Moeda de Lisboa um novo regimento regulamentar da sua actividade industrial, pelo qual ficamos a saber que, nessa data, **era exigida uma capacidade diária de produção de 2000 discos para moeda de cruzado**, ou seja, pouco mais de 7 quilos de ouro amoedado.<sup>11</sup> Num período anual, os volumes de amoedação poderiam corresponder a cerca de 2000-2300 quilos, ou seja, um valor muito superior ao da quantidade mínima estimada do ouro proveniente dos tratos comerciais da África Ocidental.

Mas logo em 22 de Novembro desse ano ficou registado um alvará real, pelo qual o quadro do pessoal fabril da Casa da Moeda (os chamados moedeiros) é substancialmente reduzido. Particularmente afectado foi o número de fornaceiros e salvadores, isto é, os moedeiros responsáveis pelo fabrico dos discos de prata e de ouro, que eram 60 em Março de 1498, passando para 30 em Novembro.<sup>12</sup>

Talvez resida aqui a chave para o entendimento do volume real da amoedação de ouro em Lisboa, nos anos finais de Quatrocentos e na primeira década de Quinhentos, quando **a média anual das chegadas rondava os 1000 quilos**.

**Ouro resgatado e ouro amoedado antes e depois de 1498** – Este Regimento, de que Magalhães Godinho não teve conhecimento, assume assim particular importância, como referência documental de que o ano de 1498 foi um momento charneira na exploração dos resgates do ouro africano.

Anteriormente, a Casa da Moeda devia estar preparada para trabalhar mais de 2 toneladas de ouro por ano; posteriormente, e durante os próximos cinco anos, irá trabalhar metade desse quantitativo, que ficaria reduzido ainda mais, para 500 quilos por ano, a partir de 1515.

O conjunto de dados existentes, apesar das muitas omissões, permite-nos fazer uma estimativa da quantidade de moedas de ouro cunhadas na Casa da Moeda de Lisboa, cuja única espécie produzida até finais de 1499 era o **cruzado** (peso 3,548 g, toque 986 milésimas) e, desde finais desse ano, início de 1500, também o **português**, na valia de dez cruzados (peso 35,5 g, toque 986 milésimas).

Os quadros 1 e 2 resumem essa estimativa: -- nas colunas da esquerda apresentam-se as quantidades de ouro africano recebido na Casa da Moeda, em estimativa anual (entre parêntesis) e em valor absoluto, quando conhecido; -- na coluna ao centro, a quantidade de ouro africano recebida é reduzida ao valor equivalente em cruzados amoedados (usando o cálculo de Magalhães Godinho: 3,837 gramas de ouro africano); -- nas colunas da direita figuram as quantidades estimadas de moedas cunhadas por espécie (cruzados e portugueses) no período correspondente, tendo

---

10 Segundo as estatísticas publicadas por Pierre Vilar, *O Ouro e a Moeda na História* (Publicações Europa América, Lisboa, 1990), p. 353. O ouro africano dos descobrimentos está pouco valorizado.

11 Nota importante: -- em 1498 ainda não se amoedavam portugueses de ouro, só cruzados.

12 Trigueiros, *Moedas Portuguesas na época dos Descobrimentos, 1385-1580*, p. XI

**Quadro 1 - Ouro recebido e amoedado na Casa da Moeda de Lisboa  
1486 - 1521**

Anos	Média anual (kg)	Total	Valor	Amoedação por espécie	
		recebido (kg)	equivalente (cruzados *)	Cruzado	Português
<i>Reinado de D. João II</i>					
1486-1490	(700)	3.500	912.171	912.171	-
1491-1495	(800)	4.000	1.042.481	1.042.481	-
			<b>soma:</b>	<b>1.954.652</b>	
<i>Reinado de D. Manuel I</i>					
1496-1499	1000	4.000	1.303.101	1.303.101	-
Início da amoedação do Português de ouro					
<i>Estima da partição “um terço/dois terços”</i>					
1500-1505	(1000)	6.000	1.563.722	521.240	104.248
1506-1510	(780)	3.900	1.016.419	338.806	67.761
1511-1514	720	2.880	750.586	250.195	50.039
1515		531	138.466	46.155	9.231
1516		(500)	130.310	43.377	8.675
1517		475	123.765	41.255	8.251
1518		476	124.064	41.355	8.271
1519		(500)	130.510	43.503	8.700
1520		531	138.398	46.133	9.226
1521		577	150.295	50.098	10.020
			<b>soma:</b>	<b>2.725.218</b>	<b>284.422</b>
(*) valor em cruzados = peso ouro africano / 3,837 g					

em conta a partição “**um terço/dois terços**” de 1500 a 1527 (Setembro); e a partição “**metade/metade**” desde então e até 1538, Novembro.

**Estatística das amoedações de ouro em Lisboa, 1486-1544**

**Cruzados** – Para os anos até 1500, as contas são imediatas, uma vez que só existiam cruzados de ouro; depois há que entrar com a partição entre as duas espécies, e seus diferentes tipos por anos de cunhagem, até ao famoso Escudo de São Tomé, cuja estatística da amoedação pode agora também ser divulgada.

- **Reinado de D. João II, 1486 – 1495:** amoedados 1.954.650 cruzados (em 10

**Quadro 2 - Ouro recebido e amoedado na Casa da Moeda de Lisboa  
1522 – 1538**

Anos	Média anual	Total recebido	Valor equivalente	Amoedação por espécie	
	(kg)	(kg)	(cruzados *)	Cruzado	Português
<i>Reinado de D. João III - Tipo manuelino</i>					
<i>Estima da partição “um terço/dois terços”</i>					
1522		(600)	156.372	52.124	10.425
1523		735	191.494	63.831	12.766
1524		425	110.881	36.960	7.392
1525		410	106.854	-	-
1525	7 meses		62.331	20.777	4.155
			<b>soma:</b>	<b>173.692</b>	<b>34.738</b>
1525	Outubro	<i>Mudança de cunho - Tipo joanino</i>			
1525	3 meses		44.523	14.841	2.968
1526		473	123.273	41.091	8.218
1527		(450)	117.279	39.093	7.819
1527	8,5 meses		83.073	27.691	5.538
1527	Setembro	<i>Alvará para a amoedação do ouro em metades</i>			
1527	3,5 meses		34.206	17.103	1.710
1528		444	115.740	57.870	5.787
1529		380	99.032	49.516	4.952
1530		213	55.540	27.770	2.777
1531		293	76.357	38.178	3.818
1532		884	230.479	115.240	11.524
1533		(300)	78.186	39.093	3.909
1534		343	89.289	44.644	4.464
1535-1538	(350)	(1400)	364.868	182.434	18.243
			<b>soma:</b>	<b>694.564</b>	<b>81.727</b>
1538	Novembro	<i>Proibição da cunhagem do Português</i>			
<i>Emissões adicionais do Português joanino</i>					
1553		Por conta do rei			100
1559		Por conta da rainha D. Catarina			210

(\*) valor em cruzados = peso ouro africano / 3,837 g

anos)

- **Reinado de D. Manuel I, 1496 – 1521:** amoedados 2.725.218 cruzados (em 26 anos)

- **Reinado de D. João III, tipo manuelino, 1522 – 1525:** amoedados 173.692 cruzados (em 3,5 anos)

- **Reinado de D. João III, tipo I joanino, 1526 – 1538:** amoedados 694.564 cruzados (em 13 anos)

E ainda, o **Escudo de São Tomé**, cunhado em 1544 com o ouro de 300 mil pardaus que vieram da Índia: amoedados 106.700 escudos

**Portugueses** – Com um valor de 10 cruzados e utilizando o mesmo método estatístico, os valores constantes no quadro revelam a seguinte distribuição dos tipos amoedados.

- **Reinado de D. Manuel I, 1500 – 1521:** amoedados 284.422 portugueses (em 22 anos)

- **Reinado de D. João III, tipo manuelino, 1522 – 1525:** amoedados 34.738 portugueses (em 3,5 anos)

- **Reinado de D. João III, tipo renascentista, 1526 – 1538;** amoedados 81.727 portugueses (em 13 anos)

- **Reinado de D. João III, cunhagens esporádicas:** 100 ex. em 1553; 210 ex. em 1559

### **Volume das emissões monetárias, 1486-1538**

Com esta estimativa podemos ficar com uma ideia do volume da emissão monetária em espécies de ouro, durante os reinados de D. Manuel I e de D. João III, até à reforma de Novembro de 1538, que determinou uma alteração nas gravuras dos cunhos da moeda de cruzado e a proibição do lavramento da moeda de português (muito embora este tivesse continuado a ser cunhado esporadicamente até 1559, com autorizações especiais).

**Cruzados de D. João II** – Apesar de estar incompleta, pela falta de fontes sobre o ouro recebido nos anos de 1481 a 1485, a estimativa apresentada dá-nos uma visão do que teria sido a produção da casa da moeda de Lisboa nesses anos em que o ouro da Mina começou a afluir em caudais cada vez maiores: -- a média seria de **200.000 cruzados de ouro por ano**, com um peso equivalente de 700 quilos de ouro fino.

No total do seu reinado, a estatística da produção destes cruzados de D. João II deverá ter atingido a soma de **2.500.000 unidades**, o que ajuda a explicar a sua relativa abundância no colecionismo numismático.

**Cruzados de D. Manuel I** – a média anual seria superior a **100.000 cruzados** (metade da anterior), mas a produção fez-se durante os 26 anos deste reinado, totalizando a soma de **2.800.000 unidades**, ou seja, com um grau de raridade actual da mesma grandeza do antecedente.

**Cruzados de D. João III** – Do primeiro tipo manuelino, terão sido produzidos apenas **180.000 unidades**; do segundo tipo joanino, a produção aumentou para **700.000**

**Quadro 3 - Ouro recebido em pardaus da Índia  
e amoedado na Casa da Moeda de Lisboa, 1544**

Anos	Média anual	Total recebido	Valor equivalente	Amoedação por espécie
	(kg)	(kg)	(cruzados **)	Escudo de São Tomé *
<i>Reinado de D. João III</i>				
<i>Lei de Outubro de 1544, treslado na Moeda em Novembro</i>				
1544 1545	Produção	300.000 pardaus da Índia (peso 3,425 g cada)		
		1.027,50	26.675	<b>106.700</b>
(*) <i>Peso unitário: 9,624 g; lei do ouro: 20 4/8 quilates (854,03 milésimas)</i>				
(**) <i>Valor do Escudo: 1000 reais – Cruzado: 400 reais</i>				

**unidades**, de todas as variantes de letras conhecidas. Fica assim explicado em termos quantitativos, as diferenças nas raridades relativas destes dois tipos de cruzado joanino.

**Portugueses Manuelinos** – Durante o reinado de D. Manuel I e contando desde o início de 1500, a cunhagem dos grandes portugueses de ouro poderá ter atingido um volume médio anual de **14-15.000 unidades até 1515**, baixando depois para **9-10.000 unidades** até ao final de 1521. Ou seja, nesse período de 21 anos, a amoedação total poderá ter sido superior a **280.000 exemplares**, pesando cerca de 10 toneladas de ouro fino.

Eis finalmente explicada a razão do forte impacto que esta formidável moeda, arma comercial de grande arremesso e embaixadora de Portugal, colheu nos mercados norte-europeus. Não foi só pelo seu ouro puro, foi a enorme enchente de cruzados e de portugueses lançados desde Lisboa que literalmente virou de avesso as práticas comerciais até então em uso dos ducados singelos e fez com que fosse rapidamente adoptada a nova métrica do Português da Cruz de Portugal: -- 10 ducados de ouro fino.

Este ritmo durou enquanto os resgates de ouro africano prosperavam, principalmente nas feitorias e castelo da Mina e Axem, cujo pico comercial foi atingido no início da década de 1520. O ouro africano dos Descobrimientos serviu para Portugal comprar armas e navios; cobre e prata alemã; artefactos para o escambo africano; tecidos, cereais e munições; e outros bens essenciais para a continuação da política da expansão ultramarina.

Mas também serviu para um derrame de produtos luxuosos e de ostentação: baixelas de mesa de ouro, candelabros e bacias para todos os usos domésticos, de ouro, brocados e tecidos de fio de ouro, sedas em profusão para vestir o monarca e os seus cortesãos.

No final do seu reinado de ostentação e desperdício, sem nada ter feito em favor do seu povo, D. Manuel I enfrentou algo que hoje seria impensável acontecer nessa épo-

ca: a falta de dinheiro. As suas despesas ultrapassaram largamente as suas receitas e Portugal começou a mergulhar no entardecer da sua epopeia gloriosa da abertura do mundo ao encontro de civilizações.

**Portugueses Joaninos** – O primeiro tipo joanino, ainda de gravura manuelina, cunhado desde 1522 em nome de D. João III, manteve-se em produção até Agosto de 1525, e nesses três anos e meio manteve-se a anterior média anual de produção, estimada em **9-10.000 moedas**, podendo ter sido amoedados cerca de **35.000 unidades**, com um peso superior a 1,2 toneladas de ouro fino.

Após a reforma dos cunhos e a introdução na segunda metade de 1525 do segundo tipo joanino, de figuração mais renascentista, a sua cunhagem prosseguiu em bom ritmo por mais treze anos, a uma média anual de **6-7.000 moedas**, com uma produção total estimada em cerca de **85.000 exemplares**, com um peso de cerca de 3 toneladas de ouro fino.

Fixemos um número: -- **no conjunto dos dois reinados, terão sido amoedados cerca de 400.000 portugueses (280+354+85)**, com um peso equivalente a 14,2 toneladas de ouro puro

Comparada com a produção manuelina, as amoedações joaninas parecem poucas e são mesmo, com uma média anual que ronda as 7.000 unidades, metade da produção manuelina, mesmo assim, para uma Europa sedenta de ouro, são grandes quantidades.

Os mercados, entretanto, tinham mudado e muito. O resgate do ouro africano diminuiu drasticamente, o comércio das especiarias asiáticas derrapou, a expulsão dos judeus de Portugal privou o país das suas gentes tecnicamente mais avançadas e do seu imenso capital; a instituição do Tribunal da Inquisição mergulhou todo um povo na mais negra escuridão cultural; e o golpe final veio com o encerramento da feitoria de Portugal na Flandres (Antuérpia, em 1549). Daí em diante é todo o Império que colapso, à custa da má gestão dos seus governantes e do fanatismo religioso imperante.

**A difusão pelo Oriente** - Nos escritos e nas narrativas quinhentistas, a referência aos portugueses de ouro aparece com frequência desde meados da década de 1510, dando conta da grande difusão que tiveram por todo o Oriente, desde as costas do Malabar a Java. Como exemplos mais significativos, retirados do exaustivo estudo de V. Magalhães Godinho, na armada de Nuno da Cunha, de 1528, o capitão teria levado consigo 200.000 cruzados em moeda de português, ou seja, 20.000 peças, o equivalente a dois anos de produção da casa da moeda; e, em Julho de 1524, os corsários franceses tomaram uma nau que regressava da Índia, e um dos viajantes, mercador, perdeu todo o fruto dos seus negócios, 1000 portugueses de ouro.<sup>13</sup>

### **Fontes documentais europeias sobre a circulação dos Portugueses de ouro: as cartas de Fugger e o judeu Maisel de Praga**

Não quero terminar sem deixar algumas indicações sobre as fontes europeias que documentam a grande difusão comercial dos portugueses de ouro e, depois deles, dos portugueses alemães. Existia à partida uma dificuldade linguística, já que as fon-

13 VMG, *ob. cit.*, vol. I, p. 249

**Den Johannes van Portugale mee getu. inghel/ghelich den Roelen Nobel. Defen S/ Thomas van Portugal le weecht. vi. ingel/efi een quart. Dats seuen penningen. xi. grepnen.**



*Gravuras do Die ongevalu weerde ghouden ende silveren munte... de 1559, onde vêm desenhados pela primeira vez o Escudo de São Tomé e o São Vicente de D. João III*

tes são alemãs e a distinção entre “português - portugaleser” e “portugalöser” é ténue e com frequência aparecem citadas como sinónimos.

Entre os exemplos que encontrei, o mais importante de todos é o conjunto dos relatórios escritos entre 1568 e 1605 em forma de cartas ou despachos dos correspondentes na Europa dos banqueiros alemães Fugger, hoje recolhidos em 27 livros na Biblioteca Nacional da Áustria e editados digitalmente em 2013. O que neles se diz sobre Portugal e o comércio das especiarias, já devia há muito ter sido traduzido e publicado entre nós, mas ainda nada foi feito.

É numa dessas cartas que aparece a referência à morte do judeu Maisel, em Praga, e do que aconteceu depois, cujo texto original da edição austríaca de 1923 damos à estampa nas fotos na página seguinte, com a respectiva tradução para português por via da tradução inglesa de 1924, por nós corrigida.

#### «Carta n.º 224 – Praga, dia 5 de Abril de 1601

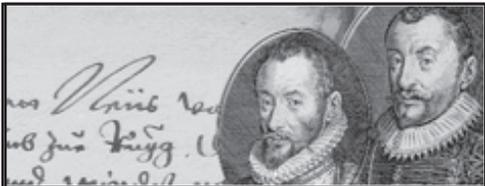
*Pouco tempo atrás, aqui morreu o judeu Maisel. Não obstante ele ter deixado 10.000 florins a Sua Magestade Imperial e também muito dinheiro ao hospital para cristãos e judeus pobres, no sábado seguinte, que é o Shabbat, Sua Magestade Imperial ordenou a Herr von Sternberg, que na época era o presidente da Câmara da Boémia, para entrar na casa do judeu à força e apreender tudo o que lá havia.*

*A viúva de Maisel entregou logo tudo de boa vontade, pois ela já tinha posto de lado e escondido a melhor parte do tesouro. Aquilo que foi tirado da casa chegou a 45.000 florins em dinheiro, além de todos os tipos de outras coisas, como uma placa de prata, notas promissórias, jóias, roupas e todos os tipos de moedas.*

*Após isso, no entanto, o presidente, contra quem a viúva e os filhos dos dois irmãos de Maisel tinham levantado um forte protesto junto dos vereadores privativos, não estava satisfeito com todo esse dinheiro e espólio, e, sem dúvida, mais uma vez por ordem de Sua Magestade, voltou a invadir a casa à noite.*

*O filho de um dos irmãos foi feito prisioneiro, secretamente levado e torturado de tal forma que ele confessou aos executores, o que teve como resultado que os seguintes valores foram entregues à Câmara da Boémia:*

- 80.000 ducados simples, 2 florins por peça, total 160.000 florins
- 5.000 moedas de Portugueses de ouro puro, 20 florins por peça, total 100.000 florins
- 15.000 rosenobles de ouro, 4 florins 5 kreuzer a peça, total 61.250 florins
- 30.000 ducados de Erthal, 2 florins a peça, total, 60.000 florins
- 10.000 ducados da Estíria, 2 florins por peça, total 20.000 florins



### Fugger-Zeitungen - As cartas dos Fugger

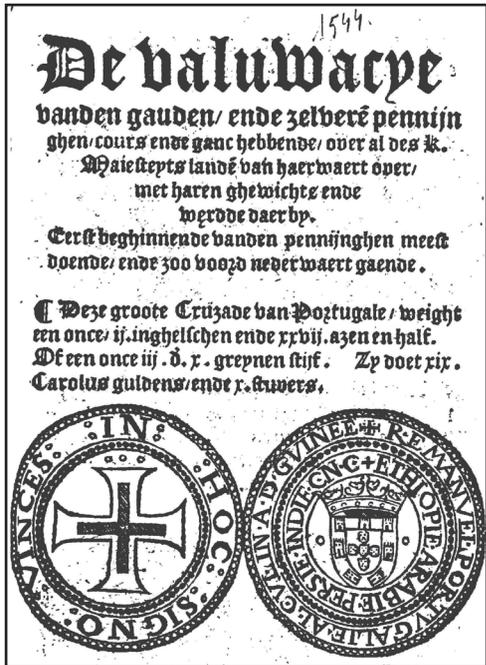
224. Judenverfolgung in Prag\*

Das Haag vom 8. April 1601

Unlängst verschied hier der Jude Meißel. Ungeachtet er der kaiserlichen Majestät zehntausend Gulden, wie auch sonst dem Spital, armen Christen und Juden viel Dargeld liefert hat, ließ Ihre kaiserliche Majestät am darauffolgenden Samstag,

als am Sabbath der Juden, ohne daß sie sich dessen versehen hätten, durch den Herrn von Sternberg, derzeit Präsidenten auf der böhmischen Kammer, in das Haus fallen und alles, was vorhanden, nehmen. Die hinterlassene Witwe des Meißel hat dies gerne hergegeben, weil sie bereits den besten Vogel ausgenommen und verkauft hatte. Das Weggenommene belief sich ohne allerlei andere Sachen, wie Silbergeschirre, Schuldbriefe, Kleinodien, Kleider und allerlei Sorten Mägen, an Darggeld auf 45.000 Gulden. Nachdem aber der Herr Präsident, gegen welchen die Jüdin und die Söhne der zwei Brüder des Meißel starke Beschwerden erhoben und bei den geheimen Räten sich beklagt hatten, mit diesem Geld und Sachen zweifellos auf Befehl Ihrer Majestät nicht zufrieden gewesen, ist er ein zweites Mal zur Nachtzeit eingestiegen. Des einen Bruders Sohn wurde gefangen genommen, heimlich weggeführt und darauf mit Meister Hämmerlein befragt, daß er den Knechten ein Geständnis ablegte, worauf dann folgende Barschaft auf die böhmische Kammer geliefert wurde:

An gemeinen einfachen Ducaten zu 2 Gulden, Stück 80000 macht	160000 Gulden
An ganz goldenen Portugalesen zu 20 Gulden, Stück 5000 macht	100000 Gulden
An ganz goldenen Rosenoblen zu 4 Gulden 5 Kreuzer,	
Stück 15000 macht	61250 Gulden
An Rübener Ducaten zu 2 Gulden, Stück 30000 macht	60000 Gulden
An Grazer Ducaten zu 2 Gulden, 10000 Stück macht	20000 Gulden
An Silbertalern zu 70 Kreuzern, 60000 Stück macht	70000 Gulden
in Summa mit samt den vorstehenden	450000 Gulden
macht zusammen	516250 Gulden



Em cima: gravura do grande cruzado do rei Manuel de Portugal, na edição de Ordonnantie, Statuut ende Permissie... de 1544, onde vem desenhado pela primeira vez

- 60.000 thalers de prata, de 70 kreuzer a peça, total 70.000 florins
- Juntamente com os acima mencionados 45.000 florins

*Total: 516.250 florins »*

Mordochai Marcus Maisel (Praga 1528-1601), um dos homens mais ricos da Boémia e grande benfeitor da comunidade judaica local, fez fortuna no sector imobiliário e, sobretudo, como banqueiro dos imperadores Maximiliano II e Rudolfo II durante as guerras com a Turquia. Reconstruiu o getto ou bairro judeu de Praga à sua custa, tendo sido desde 1576 o prefeito da comunidade judaica e tido em alta consideração pelo imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Que pouco lhe valeu, pois que, após a sua morte, aos 73 anos de idade, a sua casa foi saqueada pelas tropas imperiais, um episódio acima descrito na carta n.º 224 dos Fugger.<sup>14</sup>

Na versão original alemã, as 5.000 moedas de ouro puro são designadas por “Portugalesern” (ver fac-simile), o que parece confirmar serem moedas portuguesas (de Portugueses) e não “portugalöser”, as imitações alemãs de Hamburgo e outras, tal como aparecem descritas em registos alemães da mesma época.

**Evolução do valor do Português na Flandres, 1544-1650** - É interessante verificar a evolução do valor em florins dos portugueses de ouro, atribuído pelos livros 14 A ele se refere VM Godinho, *ob. cit.*, vol. II, p. 69: «Quando morreu o judeu Leisel, em 1601, o imperador ordenou uma busca ao seu domicílio em Praga. Entre os seus haveres em numerário, cujo valor total se elevava a 516.250 florins, contavam-se 5.000 portuguesas de ouro puro, que valiam cada 20 florins». Mas com o nome errado, não é Leisel, mas Maisel.

dos cambistas de Antuérpia e outros. Em 1544 valiam “19 (Carolus) guldens ende 10 stuvers” (19 florins e 10 stuivers; cada florim de 20 stu); em 1575 valiam 26 florins; em 1578 aparecem a valer 30 guilders (florins); em 1586 valem 33 florins e 10 stuivers; em 1606 são valorizados em 40 florins e 5 stuivers, subindo para 42 florins e 10 stuivers em 1626; finalmente, em 1638 são avaliados em 45 florins e 5 stuivers.

Na mesma altura em que, em Portugal, alguns exemplares eram carimbados “IOU” (10.000 reais, em 1646), o português nos Países Baixos valia 50 florins.

### **Conclusão: o prestígio da moeda de Português**

Não admira, agora que temos uma ideia das produções estimadas destas grandiosas moedas de ouro, que a sua circulação tenha tido tanto sucesso, transformando-se numa espécie de aceitação internacional. Da feitoria de Bruges e depois, da feitoria de Antuérpia, o ouro amoedado português escoava-se para os grandes centros comerciais alemães, sustentando a compra das mercadorias e dos metais mais necessárias ao reino e às casas da Mina e da Índia. A sua exportação em tão larga escala irá provocar uma verdadeira revolução económica, numa Europa habituada desde há séculos a receber ouro por via do comércio monopolista das repúblicas italianas. Espantados, os venezianos não hesitam em declarar, em 1519, que D. Manuel era «*il re di l'oro*» (O rei do ouro).

Ouro português que, juntamente com a carga das especiarias, o açúcar da Madeira, o cobre e a prata alemãs, irá constituir o essencial do grande comércio da época dos descobrimentos.

Para abastecer as oficinas monetárias, o comércio africano e as naus da Índia, estima-se que Portugal importou por ano da Alemanha, via Antuérpia, desde o final do século XV a meados do século XVI, cerca de 500 toneladas de cobre bruto ou lavrado em artefactos vários, principalmente manilhas e bacias. Também a prata é alemã, e este metal torna-se um poderoso instrumento comercial nas mãos dos portugueses. Todos os anos são importadas cerca de 5,5 toneladas que, depois de reduzidas a moedas de cunho manuelino (meios vinténs, de 10 reais; vinténs, de 20 reais; e, desde 1504, tostões de 100 reais), partem nas caravelas para Marrocos (onde compram, sobretudo, trigo e os tecidos que os negros preferem) e para a África negra (onde os vinténs, as manilhas, bacias e os tecidos são escambados por ouro), e viajam nas naus para a Índia (onde são indispensáveis no comércio das especiarias).

Do grande peso e da excelência do ouro fino da moeda de português adveio a enorme admiração que a sua emissão causou nos mercados europeus e orientais, e o alargado prestígio internacional que conseguiu congrega, sendo imitada por várias oficinas monetárias do norte da Europa, da Alemanha, da Dinamarca, da Suécia, da Polónia e dos Países Baixos: -- NACH PORTUGALIS.

Esta foi a história nunca antes contada, da nossa moeda de Português.

Lisboa, 01 de Dezembro de 2014

## Bibliografia

CASA DA MOEDA. Apontamentos para a História da Moeda em Portugal. Lisboa: Casa da Moeda e Papel Selado, 1878

COUVREUR, Raúl da Costa. Cronologia das Moedas de D. João III. Lisboa: Anais da Academia Portuguesa de História, III série, vol. 10, 1960

Der coopliden handboucxkin. De valuwaye vanden gauden, ende zelveren pennijnghen... (*Livro de bolso completo com o valor das moedas de ouro e de prata...*). Gent: oficina de Joos Lambrecht, 1544 (e seguintes). Nesta edição de 1544 figura pela primeira vez o português de D. Manuel I.

Die ongevalu weerde ghouden ende silveren munte van diverschen Coninckrijcken... (*Valor das Moedas de ouro e de prata de diversas cidades, países e oficinas monetárias*). Amesterdão: oficina de Jan Ewoutzoon, edições de 1559, 1560, 1565 e 1568. A mais antiga representação do Escudo de São Tomé e do São Vicente, aparece logo na edição de 1559.

GAMBETTA, Agostinho Ferreira. História da Moeda. Lisboa: Academia Portuguesa de História, vol. I, 1978

GODINHO, Vitorino Magalhães. Os Descobrimentos e a Economia Mundial. Lisboa: ed. Presença, 2.<sup>a</sup> edição, vol. 1 e 2, 1981

KLARWILL, Victor von (Ed). Fugger-Zeitungen. Ungedruckte Briefe an das Haus Fugger aus den Jahren 1568-1605 (*As Cartas de Fugger*). Vienna-Leipzig-Munich: 1923 (p. 231, carta n.º 224).

Versão online: <http://www.archive.org/stream/fuggerzeitungenu00klaruoft#page/n9/mode/2up>

KLARWILL, Victor von (Ed). The Fugger News-Letters: Being a Selection of Unpublished Letters from the Correspondents of the House of Fugger 1568-1605. Volume 1: Putnam, 1924

Ordonnancie Ende Instructie Voor de Wisselaers... (*Ordenança e Instrução para os Cambista de Moedas*). Antuérpia: 1663. Onde se ilustram as moedas manuelinas e joaninas e o seu valor.

Ordonnantie, Statuut ende Permissie der Keyzerlicker M. van den gouden ende silveren penninghen... (*Ordenança, Estatutos e Licença de Sua Magestade Imperial de curso das moedas de ouro e de prata...*). Gent: oficina de Joos Lambrecht, 1544 a 1555. São as edições mais antigas onde figuram moedas portuguesas.

PEREIRA, João Cordeiro. «Resgate do Ouro na Costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião». *Stvdia*, 50, p. 5-48. Lisboa: 1991.

PERES, Damião. História Monetária de D. João III. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1957-58

TRIGUEIROS, António M. Códices Portugueses Quinhentistas Iluminados com Moedas. Lisboa: 2009. Separata da revista Moeda, vol. XXXIV, n.ºs 3 e 4 (Julho/Dezembro 200))

TRIGUEIROS, António M. Moeda dos Descobrimentos, Prestígio de Portugal no Mundo. Lisboa: ed. de autor, 1983

TRIGUEIROS, António M. Numismática e Medalhística. Separata dos catálogos da 17.<sup>a</sup> Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura. Lisboa: ed. de autor, 1984

TRIGUEIROS, António Miguel, e GOMES, Alberto. Moedas Portuguesas na época dos Descobrimentos 1385 – 1580. Lisboa: ed. Alberto Gomes, 1992

TRIGUEIROS, António Miguel. «Moedas Iluminadas». *Oceanos*, 26, Lisboa: CNCDP, 1996

VILAR, Pierre. O Ouro e a Prata na História. Lisboa: Europa-América, 1990

VOGT, John. Portuguese Rule on the Gold Coast, 1469-1662 (*Os Portugueses na Costa do Ouro*). Atenas: Universidade de Georgia, 1979. Não existe na Biblioteca Nacional, mas pode ser consultado na Biblioteca de Arte da Gulbenkian (cota BI 3043) ou na Universidade de Coimbra.

WITTE, Alphonse de. «Des monnaies d'or portugaises, ayant cours aux XVIe et XVIIe siècles dans les anciennes provinces belgiques e des poids monétaires a leurs types. O Archeologo Português, vol. III, n.º 12. Lisboa: Museu Ethnológico Português, Dezembro de 1897